

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. (CME)

Nº 06

CONCEITO E MÉTODO NA ANÁLISE
ECONÔMICA REGIONAL

FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

OUTUBRO/1991

1. Espaço físico, espaço social, análise social

Pretende-se aqui discutir alguns problemas da prática da análise econômica em aspectos onde são essenciais as interrelações entre o corte setorial e o regional; e em que é preciso distinguir entre a perspectiva regional em sua acepção mais ampla e a análise de regiões específicas. Como a operacionalização da análise depende de um prévio esclarecimento de aspectos controversos da compreensão do que é regional, é conveniente rever antes a formação do conceito de espaço, que é um antecedente inevitável de região.

A noção de espaço tem levado a confusões atribuíveis em parte à separação entre as disciplinas da ciência social, ao encasulamento de cada uma delas em opções de método que as impedem de manejar seus pontos de convergência; bem como tem sido obscurecida, ao ser separada da noção de tempo. Por isto convém repassar algumas das principais posições doutrinárias que marcam o uso do conceito de espaço em ciência.

Para Aristóteles ("Categorias", cap.6) espaço é a instância que permite distinguir posições - em cima, em baixo etc e que permite que um objeto contenha outro. Adiante ("Física", Livro IV, cap. 1) diz que é o lugar do movimento. A relação entre espaço e movimento, portanto, é inerente à própria noção de espaço, contrária à imagem de um espaço inerte onde é possível desenvolver uma análise atemporal, como hoje é frequente na ciência social.

Para Kant ("Crítica da Razão Pura", seção 1, § 2) o espaço é o lugar onde os objetos podem ser representados; não é um conceito empírico, é uma representação necessária a priori; não é um corpo, é um quantum, não é mais que a forma dos fenômenos. Outrossim, espaço e tempo são princípios de todo conjunto, são princípios que se complementam, mas estão separados.

Destarte a teoria da relatividade favorece hoje a doutrina de Aristóteles, ao dizer que se "o universo tem uma densidade de matéria diferente de zero não pode ser quase euclidiano... porque então uma distribuição uniforme de matéria faria com que ele fosse esférico", como disse Einstein (1). Além disto, como disse Planck, "além desta fusão do espaço-tempo... a teoria da relatividade realizou outra identificação não menos importante: a de massa com energia" (2), outro aspecto essencial na compreensão da escala dos sistemas de produção.

Isso leva a uma discussão da teoria do espaço absoluto - frente a uma teoria dos espaços relativos - que finalmente condiciona esta concepção de espaço a uma noção de causalidade, a qual implica num questionamento, mesmo quando não numa refutação definitiva, da concepção newtoniana de espaço, porque

como diz Lacey (3), " é falso que a teoria relacional assevere menos que a teoria absoluta". Mas, de qualquer modo, relativiza o uso da noção de espaço plano - e externo ao mesmo tempo - como sustentáculo de qualquer teoria que aluda a fenômenos que se manifestam no campo.

Neste outro caso, a noção de espaço estaria indissolúvelmente ligada à de formação de experiências. O espaço relevante é aquele onde transcorre história, onde de um modo ou de outro há uma atividade relevante para a sociedade. As associações entre as noções de espaço e de tempo são obviamente essenciais para as ciências que tratam do social e que, portanto, contêm, subjacente, a dimensão histórica.

Assim, podem ser reconhecidas as diversas dificuldades que cercam o uso do conceito de tempo nas ciências sociais, especialmente na análise econômica regional, que procura distinguir o espaço físico do espaço social e mantém separados o desenvolvimento dos acontecimentos e a formação de espaço. Ao unir estes dois aspectos a discussão de temas da ciência social requer uma conceituação de espaço social histórico, isto é, de um espaço engendrado por relações sociais e transformado por elas. Por isto, a noção de espaço está ligada à percepção da territorialidade dos fenômenos sociais. O social corresponde a algum tipo de sociedade e a algum lugar; e é esta territorialidade que abre espaço para que se considerem as alternativas de nações com e sem território, bem como as demais variedades de espacialidade - como a urbana e a de zonas rurais - estão correlacionadas de algum modo com a nacional.

O espaço de uma nação sem território é o de sua sedimentação cultural, porque mesmo em exílio ela tem alguma localização. À parte das habituais observações sobre árabes e judeus, é importante notar que no mundo das relações entre as nações indígenas americanas foram frequentes os deslocamentos territoriais de nações que mantiveram sua identidade. O espaço nacional de qualquer nação abrange o território onde ela radica, do mesmo modo como contém uma referência a essa mesma consistência de sua experiência. Os países novos como o Brasil têm uma diferença concreta dos países portadores de uma história prolongada como a China ou a Índia, que podem reclamar uma grande continuidade de sua formação étnico-cultural; dos países velhos, como a Turquia e o México, que têm uma secular sedimentação policultural; e também de países como a Itália e a França, cuja trajetória de formação nacional corresponde a sua formação territorial.

Por fim, há evidentes distâncias entre os diferentes processos de formação dos espaços nacionais, que tornam praticamente impossível reduzir a heterogeneidade da realidade para a de um dado conjunto de observações simplificadoras.

Uma discussão sistemática deste tema implica num ordenamento de referências sobre as diversas condições de formação de espaço em diferentes lapsos do processo da civilização, do modo como Hegel distinguiu um mundo grego e um mundo romano, isto é,

identificou lapsos de história em que houve uma combinação de controle de técnicas, de teoria, de formas de produção e de consumo, e colateralmente de apropriação e criação de espaço (4).

Subjacentemente, esta discussão significa uma proposta de classificação da experiência de apropriação de espaço, que em última análise significa um estudo de história. Transladar esta análise para o plano da atualidade significa enfrentar os problemas de método da formalização da análise social e demarcar os limites epistemológicos dentro dos quais se trabalha. A rigor, a análise social tem que manejar, implícita ou explicitamente, este problema da profundidade das referências históricas com que trabalha e decidir-se por uma proposta de método que pode ser uma assíntota das ciências naturais, como sugere Freund (5); ou que pode ser uma proposta independente deste peso da história. Em qualquer das duas opções, no entanto, está claro que a análise tem que encontrar uma solução de método, com suas consequências para a cientificidade dos resultados que alcança.

Conhecer as condições de cientificidade significa estabelecer as margens de confiabilidade com que se trabalha em relação a problemas específicos. E em princípio, frente à suposição de que as questões relativas ao manejo do espaço possam ser tratados de modo homogêneo, torna-se necessário trata-las de modo a contar com resultados equivalentes em quaisquer escalas de tamanho de espaço. A originalidade de cada caso pode, assim, ser situada no âmbito da formação social, seja, na prática, no contexto de cada país.

Ao nível da análise de problemas concretos também pode se dizer que os temas relativos ao espaço pertencem sempre à relação sociedade-meio físico. O que se denomina de regional é tudo aquilo que pode ser atribuído a espaços consistentemente estruturados no plano da relação sociedade-meio físico, mas que não conta com todas as determinações institucionais da nação: o quadro político, a correlação entre a estruturação política e a regulamentação da produção e do consumo. O regional não se completa em percursos como o nacional: não tem como contrastar as experiências com a produção com as experiências com a institucionalidade. Mas tanto a nação como a região representam percursos de experiência que as distinguem e, indiretamente, indicam possibilidades de comparação entre regiões e nações (6).

Assim, a conceituação da categoria espaço incorpora a referência da categoria tempo; e de um modo bem mais complexo que aquele manejado na análise econômica ortodoxa (O tempo histórico que se presta para a interpretação do regional não é o tempo unilinear das séries históricas, nem o tempo que pode ser excluído à discreção pelo estudiosos que "escolhe" qualificações quando situa sua análise no tempo. Mas é um tempo que se lhe impõe independente de suas escolhas).

A discussão dos problemas de conceito e método de uma análise social que trabalhe explicitamente a temática do espaço é também o exame de problemas de duração: duração dos fenômenos que são estudados, dos processos sociais, interdependência entre fenômenos, decorrente de suas respectivas durações. E aqui é preciso levar em conta que os diversos problemas de incerteza, compreendendo o tratamento do componente aleatório nas previsões da produção e do consumo, estão ligados à impossibilidade de trabalhar com pressupostos de que fenômenos semelhantes têm a mesma duração.

Se produtos semelhantes são realizados em tempos diferentes, ou se um mesmo processo de produção se realiza em diferentes escalas de espaço, admite-se que o relacionamento entre sociedade e meio físico pode resolver-se de diferentes modos; e que o centro do problema de conceito e método está na integração espaço-tempo e não no tratamento destas duas dimensões em separado.

2. Espaço-tempo em economia

Os temas que se identificam como "regionais" podem ser percebidos com mais facilidade a partir de uma perspectiva de análise social que por qualquer outro ângulo de aproximação. A perspectiva regional consiste em tomar os acontecimentos diretamente na forma como se materializam em determinados meios físicos; e em reconhecer seu caráter sequencial, isto é, aquela particularidade de que em qualquer coleção de fenômenos semelhantes há sempre alguns que acontecem antes de que outros; e de que a limitação da duração dos fenômenos faz com que as diferenças de início e fim resultem em séries intermitentes de fenômenos semelhantes. Em outras palavras, a perspectiva regional trabalha com espaços específicos - as regiões - que exibem os resultados de uma atividade de produção e de consumo. A produção de espaço, com a acumulação de conotações culturais, corresponde a lapsos históricos específicos, que lhes dão sua originalidade. Assim, a compreensão de espaço própria da teoria da relatividade coincide com a compreensão histórica, no que ambas valorizam mais o processo de produção de espaço que sua formalização atual. Como disse Hegel "a coisa não se revela completamente em sua forma senão em seu desenvolvimento" (7).

A noção de região está no coração de uma preocupação de identificar a atividade econômica com o lugar onde ela se realiza, entretanto, ignorando o outro lado da questão, seja, como o lugar da atividade condiciona o modo como ela se realiza. No entanto reconhece a importância de elementos de custos e de consumo que são parte da sociedade antes que esta produção e que este consumo específico sejam realizados. Por exemplo, a análise econômica regional reconhece habitualmente que os custos de

localização resultam da prévia identificação da capacidade instalada de produção e que os raciocínios sobre o consumo apoiam-se no padrão de distribuição territorial do povoamento.

A localização dos recursos, do capital e da população é, em última análise, o antecedente que sustenta a concepção de regiões econômicas, que num segundo momento as situa numa referência territorial maior e institucionalmente mais fechada, que é a referência nacional. Na prática, a conceituação de região econômica permite trabalhar com a presunção de que o espaço constitutivo de uma nação pode não estar completamente resolvido em regiões, isto é, um sistema nacional de produção pode compreender alguns territórios e espaços que não podem ser reconhecidos como regiões.

A falta de clareza sobre este ponto gera imprecisões e ao tentar-se ligar o que é regional com o que é nacional, supondo-se às vezes, que os fenômenos regionais são sempre parte dos nacionais; e que os processos nacionais abrangem a totalidade das regionais. Isto faz com que se ignorem as contradições mais evidentes entre o predomínio de algumas regiões sobre outras, bem como que não se possa colocar com clareza o papel de fenômenos tipicamente regionais na formação dos fenômenos genuinamente nacionais. Concretamente isso faz com que a análise econômica regional não chegue a tratar casos como os da passagem das escalas regionais de produção na Europa ocidental para a da formação dos sistemas nacionais de produção; e que não trate da formação das economias nacionais latino-americanas sobre um tecido irregular de regiões. No caso do Brasil esta omissão resulta na impossibilidade prática de analisarem-se os aspectos de continuidade e de descontinuidade entre os grandes ciclos do açúcar, do ouro, da pecuária, do café.

Entretanto essa limitação também tem outra consequência, igualmente negativa, que é a de um conceito polivalente de região, adequado para tratar da relação entre região e nação. É uma dificuldade que se torna mais nítida quando, por exemplo, se pretende colocar a análise dos problemas econômicos regionais de curto prazo a serviço de uma análise nacional de maior duração, como na prática tem sido a pretensão tácita da análise regional posta a serviço do planejamento. Torna-se operacionalmente inviável, porque é conceitualmente incorreto, por exemplo, pretender identificar o Nordeste do Brasil como região econômica ou como região cultural, sem considerar as interrelações entre estas duas acepções.

Esses aspectos do conteúdo histórico das definições de região são especialmente importantes no Brasil, onde é nítido contraste entre as regiões de colonização mais antiga e estabilizada, tais como a Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, dotadas de uma profundidade histórica significativa; e as zonas de ocupação recente, que ainda estão em processo de formação de uma identidade regional. Assim, é inevitável dar um sentido relativo à conceituação de região e de espaço regional.

Daí provém a pressão para a simplificação conceitual da análise regional que a reduz à interpretação de problemas relativos à forma física das regiões, o que é uma simplificação decisiva para quaisquer variedades de análise que pretenda registrar o significado social e ecológico do regional. A visão contrária, seja, a que trabalha com a relação entre sistema de produção e o de recursos e entre o sistema de produção e o político, caminha na direção da construção de um conceito de região que focaliza nas interações entre espaço e tempo, entre forma e conteúdo, entre os componentes sociais e os físicos. Tais interações são essenciais na percepção de método e de objetivos da Economia Política, que simplesmente significa tomar os questionamentos econômicos com suas consequências na gestão dos recursos físicos e em suas interrelações com o processo político.

Do ponto de vista estritamente econômico, a questão coloca-se em termos da assimetria da propagação dos efeitos das transações econômicas - conjugadamente no tempo e no espaço - com diferenças segundo as direções em que se expandem e segundo a composição do capital utilizado. Estas diferenças correspondem às desigualdades em aspectos, como a velocidade de circulação da moeda, a intensidade e a eficiência no uso dos sistemas de infraestrutura, as desigualdades nas condições de especialização dos recursos humanos e ao modo como estes elementos estão combinados. Mas a percepção destas assimetrias em cada sistema de produção leva a uma concepção de dinâmica espacialmente situada, constituída de impulsos descontínuos em determinados lapsos de tempo em que as repercussões dos acontecimentos podem ser descontínuas e mudar de direção.

Trata-se, portanto, de investigar os aspectos da fundamentação conceitual da economia que se remetem ao tempo e ao modo dos fenômenos econômicos, que liga à organização técnica à organização social da produção. Uma desigualdade na especialização dos recursos humanos corresponde a uma heterogeneidade do capital, bem como a denota uma assimetria das condições concretas em que podem ser realizadas transações econômicas. Assim, se a explicação da formação de capital em cada sistema de produção deve assumir as restrições decorrentes da relação entre o sistema de produção e o meio físico, não tem como evitar considerações sobre: (a) os tempos próprios da reposição natural dos sistemas de recursos; (b) os efeitos por associação da exploração de cada recurso no que ela se reflete nas possibilidades de aproveitamento dos demais recursos; (c) as restrições próprias do povoamento no ritmo com que os sistemas de recursos são intervindos. Do mesmo modo, se a explicação das possibilidades de povoamento depende de um conhecimento da capacidade dos sistemas regionais para oferecer oportunidades de trabalho, não há como evitar a discussão sobre os contrastes entre o interesse social e o individual na exploração dos recursos. Tudo isto significa que as interdependências entre o transcurso do tempo a formação do espaço são essenciais no desdobramento conceitual e metodológico da análise; e que a ordem em que aparecem os diferentes fenômenos indicam como podem ser feitas comparações entre sistemas econômicos nacionais e entre regiões.

3. Justaposição e sequência na análise social

Neste particular, há diversos problemas relativos aos modos de formação da análise social e de como ela se desenvolve, que identificam as análises de fenômenos históricos no relativo a identificação e seleção de variáveis. É um campo em que se vinculam dos elementos essenciais dos processos sociais com o âmbito do arbítrio do estudioso. Como diz Romero, "a distribuição ou ordenamento científico dos entes culturais realiza-se por famílias naturais" (8). No entanto, ao considerar conjuntos crescentes de fenômenos afins, encontram-se possibilidades cada vez mais complexas de comparabilidade em que "o desenvolvimento das sequências pode se fazer com diferentes regras de sucessão" como disse Aristóteles (Analítica Posterior, Livro I, cap. 13). Obviamente não se trata de incorrer em falta de sentido por combinar aleatoriamente observações pertencentes a diferentes sequências, com prévio controle de seu significado, senão o de trabalhar com as margens de comparabilidade que resultam da forma como estão dispostas estas sequências em relação umas com as outras. De fato, não há razão alguma, a priori, para não levar em conta as possibilidades de comparação entre as diversas sequências que constituem o conhecimento da realidade social.

Pelo contrário, à medida em que se acumulam as interferências sobre os processos e as estruturas sociais, em número e em complexidade, é necessário reconhecer o significado do enriquecimento da base de informações sobre a qual se organiza o raciocínio, levando em conta que as possibilidades de substituir hipóteses, de progredir no sentido da verossimilhança da análise. Além do argumento popperiano do falseamento controlado de hipóteses (9), há um outro argumento relativo ao horizonte conceitual com que se trabalha, o qual se amplia, à medida em que crescem as possibilidades de comparar o conseqüentemente aumento das possibilidades de perceber criticamente o corpo de teoria agora disponível.

Assim, se reconhecemos que a análise social trata com um universo em expansão, no tempo - para a frente e para trás, com o aumento do conhecimento da história, temos que admitir que a gênese do pensamento teórico na ciência social se dá mediante um crescente encadeamento de raciocínios de associação e derivação, que se estabelecem a partir de conjuntos de observações de conjuntos de acontecimentos, aos quais se atribui a condição de problemas, isto é, que sua explicação apresenta dificuldades presumivelmente superáveis (10); ou são aceitos como temas representativos de um determinado quadro da realidade.

A referência à noção de conjunto é necessária. Há um sentido de continuidade, uma relação antecedente-conseqüente, que exclui os raciocínios esporádicos do pensamento teórico, já que necessariamente eles não são convergentes com o movimento geral de acumulação de conhecimento. A presunção de que a expansão do conhecimento seja contínua, ou que não esteja exposta a perdas, deve ser descartada, pela simples razão de que a acumulação de evidências pode

levar na direção de uma hipótese básica falsa, que até ser eliminada pode induzir a raciocínios.

Dados esses antecedentes conceituais, cabe supor que a ciência social desenvolve-se como uma progressiva explicitação dos problemas próprios de contextos sociais, sempre, portanto em condições historicamente determinadas do sujeito da análise. As formas como se operacionalizam as preocupações com os problemas sociais refletem a percepção histórica do estudioso, com os maneirismos do processamento de sua inserção de classe em sua sociedade, com as deformações de seus problemas de alienação, e com os ajustes correspondentes à participação do estudioso como agente social num determinado contexto de sobrevivência e de margens de poder.

Mas, a prática da análise está sempre marcada pela influência de movimentos de grande envergadura, que compõem o quadro geral em que se situam as questões imediatas. Certamente, a integração econômica internacional conduzida pela expansão do capitalismo e pelos movimentos que se lhe contrapõem e conjugam, estabelece um contexto de temas dominantes e de opções de linguagem analítica, que fixam a análise social, e, assim, também, atingem as pautas de método de trabalho. A ênfase da análise econômica ortodoxa nos aspectos de linguagem e na precisão formal na apresentação dos problemas, antes que na revelação de seu conteúdo, implica numa interpretação do sentido de finalidade da ciência. Traduz-se adiante em problemas de interpretação de quais sejam os temas relevantes, quais os tipos de respostas aceitáveis. Assim, a formação da base conceitual da análise social reproduz condicionamentos que devem ser desenmaranhados para que se possa apreciar a situação atual da relação teoria-método.

Assim, ao reconhecer movimentos de grande envergadura que também são temas dominantes, torna-se necessário enfrentar os problemas de método relativos ao manejo de material histórico. A visão hegeliana sintética da história, fundada numa expansão gradual da percepção de sua profundidade, reflete uma visão dos acontecimentos capaz de reconhecer as relações entre eles. É um enfoque que ressalta os elementos de coerência inerentes à massa dos acontecimentos que se conhece; e que os contrasta com o que é plausível. Mas é um enfoque voltado para manejar o componente conhecido, que tacitamente se mantém num horizonte de poucas incógnitas. Por isto, ao tempo em que oferece reflexões necessárias ajuda pouco no alargamento dos usos transformadores do conhecimento disponível. O entendimento de que os problemas são os ordenadores da reflexão teórica - antes de algum método externo à realidade - leva, necessariamente a valorizar sua compreensão como ponto de partida de uma ênfase na crítica da solidez do conhecimento disponível, que em última instância significa uma visão crítica de análises lógico-analíticas de material histórico. E como no campo social o componente fático é inevitável, o manejo de material histórico deve ser datado e localizado; e sua coerência deve ser avaliada.

Há pois, boas razões para reticência a cerca das perspectivas de um conhecimento histórico baseado em esgotar lacunas de conhecimento fatural, ou um conhecimento inquestionável fundando apenas em procedimentos indutivos. A análise histórica contemporânea mostra contradições dessa análise indutiva, sugerindo maior prudência nas conclusões que podem ser extraídas dessa análise formal. Outrossim, no relativo à análise teórica em economia, a ampliação do horizonte de referências de outras disciplinas, desde a história à psicologia, levanta dúvidas sobre os aspectos de conhecimento externo e interno que alimentam hipóteses básicas, tais como as de comportamentos genericamente semelhantes de produtores e de consumidores, e a possibilidade de analisar as trocas como tal, separadas dos sistemas de produção e de consumo em que são realizadas.

Assim, a interrelação entre a formação do método e a do conhecimento é essencial na constituição da análise econômica, como em seu momento advertiram Marx, Schumpeter, Keynes^T, Bohm-Bawerk e outros que pretenderam trabalhar no núcleo central de conhecimento da teoria (11). A desvinculação da formação da teoria com a do método pressupõe uma unanimidade sobre método anterior, à identificação dos problemas que se pretende resolver. Portanto, a suposição de que é possível desenvolver uma colocação da questão de método que não seja modificada pela índole dos problemas nem pelas condições em que a análise é realizada. É a postura da epistemologia ortodoxa, que pretende trabalhar com uma cientificidade decorrente de critérios de certeza, sem compromisso com requisitos de verossimilhança (12). Não é uma proposta aceitável no plano de uma análise econômica datada e localizada. Pelo contrário, aqui, a explicitação dos problemas de método é parte do movimento de esclarecimento que se realiza pela progressão das respostas a cada problema (13).

A interdependência entre espaço e tempo estabelece alguns requisitos de método que não podem ser ignorados. As observações são sempre parte de progressões, que mesmo quando interrompidas podem adiante ser parte de outras progressões agora não perceptíveis. Por definição, as observações da análise regional pertencem sempre de determinações, formações sociais e a determinadas condições de comparabilidade. Ao entender que as decisões de produção e de consumo, implicitamente, também são decisões sobre a mudança de composição e sobre a capacidade de recuperação do sistema de recursos físicos, supõe-se que as observações da análise regional tem sempre este duplo caráter de generalidade e de particularidade, pelo qual o isolamento entre o genérico e o específico parece ser um enfoque inadequado de método.

Há duas observações fundamentais a se fazer aqui sobre este problema. Primeiro, que no quadro dos fatos sociais o componente generalizável só pode ser efetivamente tratado de modo genérico por exprimir os aspectos de semelhança, de continuidade ou de coincidência, entre fatos que podem ser situados em tempo e espaço. A possibilidade de generalização reflete circunstâncias da realidade, havendo identificação entre possíveis coincidências casuais

entre fenômenos diversos e coincidências que decorram de regularidade dos fenômenos. Segundo, os componentes de peculiaridade não necessariamente supõem qualquer tipo de repetição, isto é, procedem simplesmente da diversidade da realidade.

Ambas as observações referem-se a características essenciais do que é social. Podem permitir raciocínios de tipo analógico, em circunstâncias em que a configuração do quadro social contém esses elementos de repetição, portanto em que as associações entre fenômenos são parte da análise. Mas é preciso reconhecer que estes raciocínios analógicos não sustentam suposições, a priori. Justamente aí está uma limitação daquelas interpretações dos processos sociais que os subordinam a determinados tipos de relações e por extensão, às definições dos diversos elementos postos em relação. E isto é algo que adiante deve ser examinado em detalhe quando for necessário fundamentar as próprias analogias. De qualquer modo, numa primeira aproximação do tratamento deste problema é necessário levar-se em conta que as possibilidades de analogia no universo do social dependem diretamente da repetição, da sua regularidade, e dos modos específicos como esta repetição permite relacionar determinados fenômenos com outros.

Por isso, a maior dificuldade epistemológica que enfrenta a análise econômica regional consiste em que os fatos sociais podem ser tratados mediante juízos analógicos de justaposição, independentemente de que eles se repitam, isto é, que possam ser analisados mediante analogias que não dependem das definições do tempo ou da forma como ele é incorporado à análise, mas que os resultados desta análise terão adiante que ser julgados por seu significado em sequências em que o essencial são relações de causalidade.

Com isto, indica-se que a análise social teórica contempla possibilidades de expressão conceitual e de formalização operativa, que podem ser situadas num nível que não depende do conceito de sequência, podendo ser passíveis de erros que não podem ser controlados. Assim, delinea-se uma importante faixa de trabalho teórico, que pode levar a resultados significativos trabalhando com associações de observações não contraditórias entre si, mesmo que não necessariamente consistentes com as condições sociais objetivas de que se trata. Noutro plano de reflexão isto também pode significar que na construção de um pensamento teórico em ciência social a análise por justaposição é uma instância metodológica anterior às análises que tratam os problemas de sequenciamento de fenômenos. Mais ainda, com isto se antecipa uma crítica daquelas teorias do social que se deixam ficar no nível da análise por justaposição de observações, que não questiona o espaço-tempo subjacente nelas. Assim, volta-se necessariamente, às questões próprias da fundamentação conceitual de uma teoria cuja principal imagem é a do equilíbrio, que ignora os problemas de gênese inseridos na noção de estrutura social, separando-a completamente do tempo e do espaço.

Tacitamente, indicam-se, aí, dois problemas básicos de teoria social que são: Primeiro, superar uma habitual propensão a simplificações não justificadas, portanto, prevenir distorções não controladas na análise. Segundo, qualificar os procedimentos de justaposição e sequência, de acordo com as condições concretas em que eles podem ser aplicados, e assim evitar distorções desnecessárias de interpretação (14).

Essas preocupações têm muito a ver com as condições em que podem efetivamente ser aplicados os raciocínios de justaposição e de sequência na análise econômica regional. O ordenamento da análise depende da duração dos fenômenos que se analisa. Por exemplo, não há como analisar os sistemas de transportes na escala regional, sem levar em conta que eles operam com componentes de longa duração, como as autopistas e os subterrâneos; e sem levar em conta que sua operação depende de componentes de muito menor duração, como os ônibus e os automóveis. Outrossim, não há como imaginar que se pode desenvolver, uma análise urbana significativa sem tratar de transportes; ou que se pode desenvolver uma análise regional significativa sem levar em conta restrições urbanas. Paralelamente, as possibilidades de análise sincrônica estão concretamente delimitadas pela comparabilidade de processos de urbanização basicamente desiguais entre si. Mais ainda, no plano da análise diacrônica e no da análise sincrônica há elementos representativos das condições de capitalização e de povoamento que constituem restrições para qualquer análise regional, seja que as regiões ocupem todo o espaço territorial do sistema de produção, ou apenas uma parte dele. Trata-se, portanto, de que os movimentos formais de justaposição e de sequência na análise econômica regional correspondem ao tratamento de processos sociais concretos e de estruturas sociais específicas; e que a análise regional tem que incorporar o que há de peculiar da estruturação econômica das regiões.

3. As combinações de processo e estrutura

Uma das características da análise científica é a de trabalhar sempre com um mesmo conjunto de referências de método, portanto, que em cada caso manifesta uma opção de método. O modo de combinar justaposição e sequência reflete, portanto, da análise econômica. Por extensão, a seleção de variáveis relevantes, a atribuição de durações representativas e de modos de relacionamento entre elas resulta de dados concretos da realidade social que se analisa.

Trata-se portanto de que os problemas metodológicos de justaposição e sequenciamento de fenômenos devem ser resolvidos no quadro de experiências específicas, em que por exemplo, os níveis específicos de estruturação das diversas regiões e dos sistemas nacionais a que elas pertencem são fundamentais. E as dificuldades da análise vêm justamente de que a análise regional realiza-se sempre com material desigual, pois cada região representa sempre

um sistema de poder em transformação. Quais são, portanto, as variáveis que representam a produção do espaço-tempo e do capital-trabalho? A região se produz, continuamente, e sua produção significa, simultaneamente, a presença de processos de formação de capital e de criação de recursos humanos. Com isto o espaço-tempo torna-se mais especializado: incorpora conhecimento prático, técnico e teórico nos recursos humanos e tecnologia no capital. E o espectro de possibilidades da produção e do consumo torna-se diferenciado, no que a relação local entre capital e trabalho se realiza sobre dados originais de um e do outro lado, portanto, em que as quantidades e as qualidades de um e do outro resultam em combinações com diferentes graus de semelhança entre regiões.

Nesse sentido, a formação de espaço pode ser vista, alternativamente, como a de um conjunto resultante de uma série ou de um conjunto de movimentos que alteram continuamente um determinado foco de articulação de componentes físicos, técnicos e sociais. O perfil do conjunto se mantém mediante a repetição de movimentos semelhantes. Suas alterações configuram certos padrões culturais e técnicos que compõem o perfil institucional e operativo da região. Por extensão, a capacidade de produção e a de consumo correspondem a estas determinações de cada região.

Assim, considerando que em qualquer momento no tempo em que se articule uma análise econômica haverá sempre um conjunto de recursos com data de constituição, com duração e perspectivas de disponibilidade, pode-se considerar que os espaços das regiões correspondem a combinações de recursos, portanto, cuja duração depende de sua renovação. E pelo mesmo raciocínio, que qualquer análise que contemple regiões ao longo de qualquer período dado de tempo deve focalizar na duração das combinações de recursos e não no modo como em qualquer momento dado ela corresponde a uma função produção. O uso de funções produção neste caso pressupõe um referencial, cuja mudança por sua vez corresponde a deslocamentos no tempo (15).

Daí decorre que as combinações de recursos são os âmbitos em que o capital e o trabalho podem efetivamente ser articulados, portanto, em que se realiza a produção de valor. Noutras palavras, o processo de valorização se materializa em combinações de recursos, sempre em contextos temporalmente definidos. A análise econômica regional tem, por isso em qualquer caso, que tratar com processos que revertem em resultados simultaneamente no capital e no trabalho, de diferentes modos, que não podem ser res- tritos aos aspectos materiais do capital.

4. A economia e a relação sociedade-meio físico

A proposta fundamental da análise econômica regional é explicar como os modos de produzir e de consumir estão

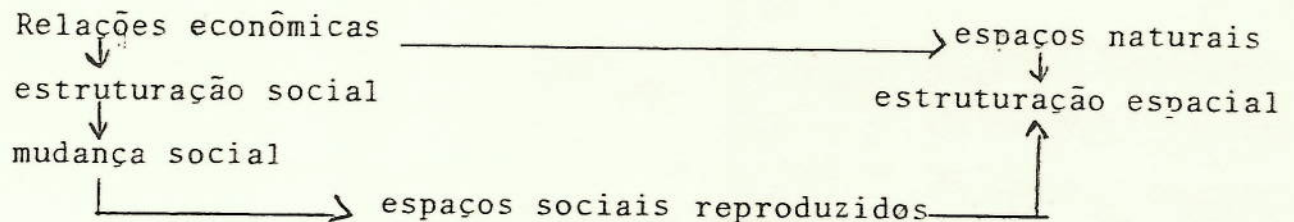
condicionados pela reprodução do meio físico e como as restrições espaciais são incorporadas nas decisões dos agentes econômicos. Nesta qualidade, a análise regional torna-se primeiro uma explicação dos processos de formação e de transformação do capital e do trabalho; e somente de modo subordinado pode pretender resolver problemas específicos de custos.

A peculiaridade da perspectiva regional de análise é que ela incorpora um conjunto de restrições próprias da relação espaço-tempo, e que permite considerar mudanças conjuntas de composição da produção e do consumo ligadas a um mesmo conjunto de localizações. A questão sempre é de acompanhar como a sociedade afeta o meio físico ao longo dos processos de valorização do capital e dos recursos humanos.

A sociedade afeta o meio físico porque a forma atual de organização das relações sociais exprime a presença de processos em curso, como os de acumulação de ativos financeiros, de progresso técnico, de interpenetração cultural, de urbanização etc., que modifica continuamente os modos de utilização e de criação de espaço, e de mutação dos tipos de espaço que são criados e usados. Distinguem-se diferenças estruturais entre os espaços naturais que simplesmente são incorporadas pela sociedade; e os espaços que resultam de um processo mais elaborado de transformação, em que a criação de espaço já é parte de uma mudança social.

Enquanto as transformações dos sistemas produtivos ocorreram sob a influência de um movimento contínuo de renovação tecnológica - basicamente representado paradigma sidero-metalúrgico - foi possível supor que os movimentos de produção de espaço fossem equivalentes aos de uma formação de classes sociais e de um progressivo aprofundamento de um mesmo tecido de relações de poder. A substituição do paradigma tecnológico contínuo por uma pluralidade de possibilidades - identificada com a emergência da eletrônica com a informática - torna necessário rever a concepção de renovação tecnológica, bem como admitir que a produção de espaço pode ser tão plural quanto os interesses dos agentes nela envolvidos. O essencial é que a pluralidade tecnológica corresponde a um quadro de mudança social, e que a reprodução dos espaços está ligada à reprodução social.

Fig. 1



Na perspectiva das manifestações espaciais dos processos sociais - aqui indicadas pela estruturação espacial - distinguem-se os espaços que são incorporados em sua forma natural, os quais são essencialmente os espaços fora de uso e os espaços rurais, de uso pouco intenso, não modificados pelos processos sociais. Por contraste, distinguem-se os espaços que são reproduzidos pela ação de forças sociais. A principal característica dos primeiros é a predominância do físico sobre o social; e a dos segundos, o fato de que a ação social sobrepõe-se às restrições do meio físico; e cria condições artificiais para a reprodução do espaço. Simplificadamente, é o contraste entre o meio rural e o das grandes cidades.

Trata-se, portanto, de trabalhar a noção de espaço reproduzido, seja, com o espaço onde se realizou uma acumulação, que revela movimentos de diferente intensidade e mudanças de forma ao longo da acumulação. Especificamente é onde se veem as diferenças entre os espaços rurais e os urbanos, bem como as diferenças entre espaços urbanos; e onde se percebem os sinais de processos mais ou menos prolongados de acumulação. Desde outro ângulo, ainda, os espaços reproduzidos são os lugares onde já se realizaram substituições de técnica, nos quais portanto sempre há componentes de capital que mudaram de uso ou que foram abandonados.

Daí, decola a análise urbana. O processo de urbanização e seus resultados materializados - as cidades - são os lugares onde, por definição, a reprodução de espaço é mais intensa e mais diversificada; e onde o tempo em que ela se realiza também é mais intenso. As diferenças de percepção do tempo entre a cidade e o campo refletem a diferença de intensidade de reprodução do meio urbano, como ele incorpora técnicas e pontos de vista e como os projetos de uma cidade para outra e para as diversas zonas rurais. A diminuição do isolamento dos espaços rurais, na verdade, resulta de alterações na relação cidade-campo que sempre são produzidas pelas cidades.

Esses fatos têm sido marcantes na evolução recente dos países desigualmente industrializados e com sistemas financeiros também desiguais. As mudanças aqui indicadas têm sido marcadas por: (a) frequentes processos de desestruturação da produção rural, com intensificação de movimentos migratórios; (b) crescimento das cidades de grande porte, principalmente daquelas que são capitais nacionais ou capitais de grandes regiões políticas (estados, províncias etc); (c) proliferação de tipos de prestação de serviços a pessoas que integram os circuitos de mercado formal e informal de trabalho, que constituem um sistema de absorção de sub-emprego, e proliferação de serviços a empresas, principalmente para aquelas que conduzem a substituição de técnicas.

Assim, a urbanização e a reestruturação dos espaços rurais são processos interdependentes, em que as transformações das cidades significam sempre modificações no perfil de sua influência sobre outras cidades e sobre o campo.

As mudanças no perfil da prestação de serviços são outro aspecto do mesmo contexto que deve ser ressaltado. A tecnificação dos serviços reflete a capitalização nas pessoas : a formação de recursos humanos. A maior velocidade no desenvolvimento da prestação de serviços revela mudanças na capacidade das cidades para retroalimentar-se e para projetar sua influência sobre o campo. Além disto, a prestação de serviços denota o aumento das atividades que mediam ao longo do processo de produção e do consumo, indicando a pluralidade de formas como o capital pode ser usado.

5. Observações finais

A análise econômica regional depende da formação de um conceito que se realiza num nível de reflexão que não distingue disciplinas. A teoria da relatividade ajuda a refazer algumas reflexões fundamentais sobre o conceito de espaço que se contrapõem à visão kantiana que ainda perdura no método econômico. A noção de espaço-tempo é fundamental para se compreender processos sociais que criam espaços e são afetados por eles.

A peculiaridade de trabalhar explicitamente com a relação entre a atividade social e o meio físico obriga algumas questões de método, indevidamente simplificadas na análise econômica corrente. Mas as condições em que se colocam os problemas práticos da análise econômica dinâmica podem ser interpretadas de outro modo quando se compreende que o dinamismo dos processos de produção e de consumo têm certa equivalência com o dinamismo do espaço. A análise econômica regional deve desenvolver modos de análise que permitam acompanhar esta equivalência, para chegar a interpretações das transformações dos espaços como um fato econômico. Estas reflexões levam a um encaminhamento da análise regional que distingue esse aspecto da produção e do consumo da formação de regiões específicas. Indica, também a necessidade de se rever o significado regional da tercerização dos sistemas de produção na escala da região.

NOTAS

1. A citação do é do ensaio " Sobre a teoria especial e a teoria geral da relatividade" (A.Einstein, A. Grunbaum, A.Eddington et all., "La Teoria de la Relatividad" Alianza Editorial, Madrid, 1981). onde fala da estrutura do espaço.
2. Trata-se aqui de um texto de Max Planck sobre a teoria da relatividade em "Adonde va la ciencia" (Ed. Losada, Buenos Aires, 1961) que tem um prólogo do próprio Einstein.
3. O trabalho de Hugh Lacey ("A linguagem do espaço e do tempo", Ed. Perspectiva, São Paulo, 1972) é uma tentativa de explorar a noção de espaço-tempo em suas consequências na lógica da ciência.
4. Esta idéia já está em estado embrionário na "Fenomenologia do espírito", mas aparece plenamente desenvolvida nas "Lições de história universal". A "idéia" equivale ao saber absoluto apresentado na "Fenomenologia", mas está aqui aderida à experiência histórica de cada povo.
5. Julien Freund, "A Teoria das Ciências Humanas", Socicultur, Lisboa, 1977
6. Usa-se aqui a expressão "percursos" para expressar o conceito de Vico, dos "ricorsi" que indicam ciclos em que os processos sociais se completam.
7. G.W.F. Hegel, "La Fenomenologia del Espiritu".. F.C.E., México, 1984
8. Francisco Romero, "Lógica e Introducción a la Problemática Filosófica", (Losada. Buenos Aires, 1983).
9. Esta citação refere-se ao texto de Karl Popper em "La disputa del positivismo en la sociologia alemana", Grijalbo, 1978). Há uma diferença sutil porém significativa em relação com a apresentação de idéias em "La lógica de la investigación científica" (Tecnos, Madrid, 1977).
10. Trata-se de uma tese de Aristóteles, que distingue problemas de aporias, sendo os primeiros dificuldades solúveis e as segundas, dificuldades insolúveis.
11. Uma boa explicação desta necessidade teológica de vincular a produção de teoria com a de método e a do próprio Schumpeter em sua "Historia da Analise Econômica".

12. Procurei em outro trabalho - "Economia e pensamento crítico" - tratar a diferença entre certeza e verossimilhança como uma aproximação à linha de tensão entre certeza e verdade. Obviamente a questão da cientificidade subia nesta polaridade.

13. Esta idéia de relação iterativa entre problemas e soluções está dada por Nicolai Hartmann em sua "Ontologia", em que se vê a relação entre problemas e sistemas como uma necessidade do desenvolvimento da reflexão.

14. A principal fonte sobre este tema certamente é a "Verdade e Método" de Gadamer, mas os problemas de distorções de interpretação talvez podem ser melhor percebidas em "Dialética e Hermenêutica" de Habermas.

15. Trata-se de uma idéia - sobre os tempos dos deslocamentos de tecnologia - que primeiro apresentei em um ensaio sobre "As Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Econômico".

BIBLIOGRAFIA

1. Aristóteles, "Obras", Aguilar, Madrid 1980
2. Albert Einstein et all "La teoria de la Relatividad", Alianza Editorial, Hadrid, 1981.
3. Emmanuel Kant, "Crítica de la Razón Pura", Losada, B.A. 1960.
4. Fernando Pedrão, "Las Desigualdades Regionales en el Desarrollo Económico, em El Trimestre Económico, abril-junio 1964, México.
5. Francisco Romero, "Logica", E spasa Calpe, Madrid, 1980
6. G.W.F. Hegel "Fenomenologia Del Espiritu", F.C.E., México, 1976.
7. Hugh M. Lacey "A Linguagem do Espaço e do Tempo", Ed. Perspectiva, São Paulo, 1972.
8. Julien Freund, "A Teoria das Ciências Humanas" Sociculter, Lisboa, 1977.
9. Max Pl'anck, "Adonde va La Ciencia" Losada, B.A. 1961.
10. Karl Popper, "La Lógica de La Investigación Científica", Tecnos, Madrid, 1977.
11. Karl Popper, "O Realismo e o Objetivo da Ciência", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987